

11. FAO - Food and Agriculture Organization of The United Nations. "El estado mundial de la pesca y acuicultura. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos". Roma. 224 pp. 2016.
12. Berkes, F.; Colding, J.; Folke, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications* 10: 1251-1262. 2000. Disponível em: Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as Adaptive Management (fws.gov). Acesso em 15 de nov 2020.
13. MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. MCTIC. Brasília. 2019. Disponível em: <http://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2019.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.
14. Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. "Relatório mundial sobre a ciência oceânica: o estado atual da ciência oceânica no mundo, resumo executivo". Unesco. Paris. 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000249373_por>. Acesso em: 30 out. 2020.
15. Santos, B. [et al.]. Proposta de Criação do Parque Estadual Marinho do Naufrágio Queimado. João Pessoa. 2018. Disponível em: <<http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/unidades-de-conservacao/proposta-criacao-parque-queimado.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.
16. Kasseboehmer, A.; Silva; I. C. "O olhar do pesquisador sobre Guaraqueçaba, Paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. Floresta, Curitiba", v. 39, n. 3, p. 643-658, jul./set. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/15363/10321>>. Acesso em: 30 out. 2020.
17. Trata Brasil. Esgoto. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>>. Acesso em: 30 out. 2020.
18. Turra, A. [et. al]. "Lixo nos mares: do entendimento à solução". Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2020.
19. Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. "Valuing plastics: The business case for measuring, managing and disclosing plastic use in the consumer goods industry". PNUMA. 2015. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9238/-Valuing%20plastic%3a%20the%20business%20case%20for%20measuring%2c%20managing%20and%20disclosing%20plastic%20use%20in%20the%20consumer%20goods%20industry-2014Valuing%20plasticsF.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2020.
20. FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. "The state of world fisheries and aquaculture". FAO. Roma. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/documents/card/en/ca9229en>>. Acesso em: 30 out. 2020.
21. UNDDR - Escritório das Nações Unidas para Redução dos Riscos de Desastres. The Human Cost of Disasters 2000-2019. UNDDR. 2020. Disponível em: <<https://www.undrr.org/publication/human-cost-disasters-2000-2019>>. Acesso em: 30 out. 2020.

A PERSPECTIVA DE FUTURO E O POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA A PARTIR DA CIÊNCIA OCEÂNICA

Jana Menegassi del Favero e Mariana Martins de Andrade

RECURSOS HUMANOS DAS CIÊNCIAS DO MAR NO BRASIL A ciência oceânica no Brasil é feita por cientistas que são, em sua maioria, formados em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) de universidades públicas. Segundo o Grupo Técnico Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-Mar) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), as ciências do mar são a área do conhecimento dedicada à produção e disseminação de saberes sobre os componentes, processos e recursos do ambiente marinho e zonas de transição. Para ser considerado um programa de pós-graduação em ciências do mar, sua linha de pesquisa ou sua produção (dissertações e teses) precisam se enquadrar majoritariamente na definição de ciências do mar supracitada, geralmente no âmbito da oceanografia, engenharia de pesca, engenharia de aquicultura, biologia marinha e geofísica marinha [1].

Em um país margeado por 8.500 km de costa, distribuída em 17 estados, o PPG-Mar identificou em 2012 – o último censo realizado – apenas 28 programas de pós-graduação em ciências do mar, que em 49 cursos (28 de mestrado e 21 de doutorado) formaram um total de 310 mestres e 80 doutores. O número de dissertações e teses com temas relacionados às ciências do mar cresceu rapidamente nos últimos anos – não chegava a 100 em 1997 e ultrapassou 500 em 2009 [1]. Além do crescente interesse pelas questões relacionadas aos ambientes marinho e costeiro, a exigência de um investimento de no mínimo 1% do valor da produção bruta dos campos de petróleo em ciência e tecnologia nos contratos de concessão para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural resultou em um elevado aporte de recursos ao meio acadêmico a partir dos anos 2000 pelas empresas petrolíferas, ajudando a suprir a deficiência no conhecimento das condições abióticas e biológicas que afetam a extração do petróleo no oceano.

A formação de profissionais na pós-graduação acompanha ciclos de desastres ambientais no país, uma vez que o financiamento de muitos dos projetos de pesquisa é condicionado a tais eventos. Assim se dá a "ciência de catástrofes", em crescente aumento. O próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), dentro do seu programa Ciência no Mar, instituiu uma linha temática para a gestão de riscos e desastres. Em 2019, O MCTI financiou R\$ 7,5 milhões para suplementação de projetos de pesquisa que contribuam com o enfrentamento emergencial do derramamento de óleo que ocorreu no litoral do Nordeste no mesmo ano.

Há no Brasil uma enorme carência por sistemas de monitoramento e avaliação de fenômenos e características do oceano que permitam o envolvimento e dedicação de pesquisadores de forma contínua. Portanto, tanto a previsão de eventos extremos ou catástrofes, como o desenvolvimento de estratégias de mitigação para os mesmos, frequentemente partem de um cenário de ausência de séries históricas e informações sistematizadas para subsidiar o desenvolvimento de soluções.

Por esse motivo, processos intergovernamentais como as Metas de Aichi, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Convenção da Diversidade Biológica e o Acordo de Belém, que fomentam de forma contínua o desenvolvimento de medidas para a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros são fundamentais para guiar a pesquisa científica na busca de soluções em conjunto para problemas no meio ambiente marinho.

Como uma forte aliada a esse princípio, a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável inaugura um incentivo às ciências do mar, traduzido em metas orientadas para soluções e resultados amplos e integrados. Valorizar, planejar e implementar ações coerentes com tais soluções e metas, passa pelo desenvolvimento de pessoas que vão produzir conhecimento científico e tecnológico, valorizar formas de conhecimento locais e tradicionais e transformar essas informações em mensagens cativantes que carreguem um legado de reconstruir uma relação harmônica da sociedade com o oceano após 2030.

O POTENCIAL DA DÉCADA NO BRASIL A fase de planejamento da Década no Brasil, de 2019 a 2020, apresentou para a comunidade das ciências do mar uma oportunidade de elencar perguntas de pesquisa nacionais e regionais. Direcionar investimento para o capital humano atender a esses questionamentos permitirá que as estruturas de implementação da Década no Brasil capilarizem a responsabilidade pelos objetivos e ações já levantados pelas oficinas subnacionais. Com as perguntas disponíveis e assimilação das responsabilidades, espera-se pela criação de novos projetos de pesquisa, extensão e comunicação científica, bem como novos instrumentos público-privados para investimento e novos modelos de negócios.

A carreira acadêmica nas ciências do mar, embora rica em assuntos e disciplinas, é frequentemente blindada de experiências interdisciplinares. Existem oportunidades e casos de sucesso, contudo, editais, acordos e contratos aos quais os pesquisadores da pós-graduação estão normalmente ligados, reforçam um sistema de formação de especialistas que pouco estimula a interação com outras áreas de pesquisa. Esse reforço na formação de nichos acadêmicos é uma limitação para o desenvolvimento de ações e pesquisas capazes de acomodar soluções orientadas pelos sete resultados esperados para a Década (figura 1), que visam resolver desafios em escala planetária e que precisam ser assimilados em inúmeras escalas de tempo, espaço e gestão.

A formação de profissionais que investiguem e advoguem por um oceano sustentável, justo e saudável, demanda uma tradução dos incentivos da Década para realidades locais, ajustadas para as estruturas, instituições e políticas públicas disponíveis. Infiltrar demandas globais e coletivas em sistemas de gestão pontuais durante os próximos 10 anos exigirá holofote e planejamento sobre o tema para que as ações percolem as políticas públicas e entrem para a agenda de longo prazo, algo extremamente desafiador para o Brasil.

O cenário atual, porém, mostra que a gestão eficaz dos recursos e ecossistemas marinhos tem sido prejudicada pela falta de informações sistematizadas sobre os impactos antrópicos no oceano [2]. Esforços coordenados por diversos setores da sociedade, como indústria, pesquisadores e governos podem subsidiar a criação de redes de coleta e processamento de dados, baseadas em abordagens de ciência cidadã e abordagem ecossistêmica.

O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 1999 fomenta a amostragem de dados sobre os ecossistemas e sua biota associada em longas séries temporais. Tais informações são de extrema relevância para o Brasil, que em 2020 conta com 34 pontos monitorados, incluindo 12 regiões da zona costeira e marinha brasileira – áreas de estudo de diversos profissionais sendo formados nas ciências do mar no país. O conhecimento produzido pelo programa alimenta o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade e os Ecossistemas Brasileiros e tem um enorme potencial para contribuir com um oceano transparente, acessível, e que pode dar suporte para as inovações tecnológicas, institucionais e sociais necessárias e baseadas em ciência, para o desenvolvimento de novas formas de gestão do espaço e recursos do mar.

Superar o ciclo de “ciência de catástrofe” no Brasil requer a valorização de programas como o PELD e a conexão dos centros de pesquisa com as estruturas de gestão ambiental, para que o conhecimento produzido seja traduzido em políticas públicas coerentes com os resultados esperados na Década e a formação de recursos humanos encontre estímulos e tempo para desenvolver soluções coincidentes com o século XXI.

As mudanças geopolíticas de 2010 para cá, acompanhadas de desastres ambientais de repercussão mundial, foram cruciais para ditar o caminho da ciência e tecnologia no mundo ao longo dos últimos anos [3]. Alguns países expandiram suas relações internacionais e de cooperação que favoreceram a preparação do terreno para uma década de dedicação ao oceano, como as Filipinas, que tem investido fortemente em ferramentas para mitigar o risco de ciclones e outros eventos extremos. Outros países, como é o caso do Brasil, vivenciam uma forte queda no investimento em ciência e negligência na conservação ambiental, o que desagrega a comunidade de profissionais e enfraquece a infraestrutura institucional disponível para garantir a implementação da Década.

Figura 1 - Representação dos sete resultados esperados para a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável



Promover uma ciência oceânica sustentável que atenda às necessidades das gerações atuais e futuras demanda uma transformação profunda do entendimento dessa área de pesquisa e atuação. Os resultados esperados da Década contemplam e valorizam a geração de conhecimento de base – a biologia, física, química e geologia puras –, mas somam também uma conexão com a cidadania, a equidade de gênero, as vulnerabilidades urbanas e sociais e as relações internacionais, também presentes nas propostas da Agenda 2030 que alicerça os objetivos da Década.

Mudar uma trajetória do vagaroso incentivo à ciência e histórico de desigualdades persistentes e crescentes nas zonas costeiras, entre cientistas e povos oceânicos brasileiros, exigirá um compromisso com a equidade para subsidiar a formação de recursos humanos integrantes do ecossistema de profissionais atuantes das ciências do mar, e uma governança inclusiva que planeja a longo prazo e considera um cenário de justiça geracional.

AS MULHERES NA CIÊNCIA OCEÂNICA O objetivo do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas número 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Se estamos abordando aqui as perspectivas para o futuro e o potencial de transformação social e econômica a partir da ciência oceânica, precisamos ter um olhar crítico para quem faz a ciência e questionar: há equidade de gênero no ambiente de trabalho e de estudo dos cientistas do mar? Ressalta-se aqui o uso da palavra equidade no lugar de igualdade, pois a primeira está ligada à busca por justiça e por oportunidades iguais, independente do sexo, tendo em conta que nem todos são iguais e possuem necessidades distintas.

Um jeito simplista de medir a igualdade de gênero nas ciências oceânicas seria comparar o número de homens e mulheres dentro de um departamento, centro, instituto ou universidade para dizermos se há igualdade entre sexos. No Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, por exemplo, estão matriculados 54 homens e 73 mulheres em seus cursos de pós-graduação. Porém, sabe-se que a representatividade das mulheres diminui quanto mais se avança na carreira acadêmica e, ao analisarmos o corpo docente do mesmo instituto, observamos que ele é formado por 19 mulheres e 27 homens.

A queda de representatividade das mulheres também ocorre em cargos de liderança. Das posições de liderança nos 21 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) de Ecologia e Meio Ambiente, apenas seis são ocupadas por mulheres; e, destes, apenas um é relacionado ao tema oceano, o INCT Antártico de Pesquisas Ambientais.

Assim, visando não apenas apresentar números, mas também contextualizar e discutir o tema “mulheres nas ciências do mar”, a plataforma de divulgação científica Bate-Papo com Netuno vem publicando textos sobre a temática desde 2015. Nota-se que muitos dos problemas apresentados e discutidos pela plataforma são mais frequentes para mulheres do que para homens cientistas e que eles ocorrem independentemente da área do conhecimento: relacionamentos abusivos na pós-graduação; desenvolvimento de depressão, crise de ansiedade e síndrome do impostor; mudança de carreira guiada pela família; queda de produtividade durante e/ou após a gestação; preconceitos e julgamentos de falta de aptidão ou de capacidade para a realização de certa atividade; entre tantos outros exemplos que, muitas vezes, desmotivam jovens pesquisadoras a seguir a carreira acadêmica.

É possível perceber que não basta apenas comparar números para avaliar se há equidade entre sexos. Em um texto publicado no

site do Bate-Papo com Netuno [4], a professora Juliana Leonel, da Universidade Federal de Santa Catarina, discute outros fatores que precisam ser considerados: salários que são reflexos da progressão na carreira, que leva em conta a produtividade; a maternidade e paternidade afetando de forma distinta a carreira de mulheres e homens; falta de comprometimento das instituições em dar suporte à carreira das mulheres e ao combater assédios.

Além de todos os problemas citados acima, as cientistas do mar precisam lidar com o fato de, muitas vezes, os trabalhos de campo ou as atividades acadêmicas ocorrerem de modo confinado, a bordo de navios, barcos de pesca, plataformas de petróleo, entre outros locais mais suscetíveis para a ocorrência de assédio. Em uma pesquisa realizada pelas redes sociais do Bate-Papo com Netuno [5], de um total de 117 mulheres respondentes, 67% relataram que já foram assediadas e 71% afirmaram conhecer pelo menos uma mulher que já havia sofrido algum tipo de assédio enquanto estavam embarcadas, quer seja ele moral, de descredibilização intelectual e física, até mesmo sexual e estupro. Em 99% dos casos o agressor era do sexo masculino e em 44% das vezes ele ocupava posição hierárquica superior. Como consequências, as mulheres assediadas apresentaram insatisfação no trabalho, queda de performance, impactos na saúde física e mental. Os efeitos do assédio são ainda mais graves quando o(a) assediador(a) possui nível hierárquico superior e quando a vítima é jovem [6, 7], o que coincide com a maioria dos casos levantados pela equipe do Bate-Papo com Netuno. Sabendo que assédios são uma das razões para o abandono da carreira, ao permitir que profissionais plenamente capacitados passem por situações de assédio, estamos permitindo também o desperdício dos investimentos financeiros e de tempo realizados, perdendo potenciais talentos e nos distanciando da tão almejada equidade de gênero.

As oficinas subnacionais da Década do Oceano que ocorreram de agosto a dezembro de 2020 mostraram uma participação majoritariamente feminina em todas as regiões costeiras do Brasil, ressaltando o interesse das mulheres de atuarem pela conservação do oceano. É imprescindível garantir a essas mulheres que atuam ou que virão a atuar na ciência oceânica um ambiente de trabalho e/ou de estudo justo e seguro. Um primeiro passo necessário consiste em levantar números e indicadores sobre questões de gênero na ciência oceânica, pois informações sobre o tema são escassas. Precisamos também de uma formação sobre questões de gênero em todos os cursos de ensino superior e de financiamento de projetos, bolsas e prêmios exclusivo para mulheres, pois só assim criaremos modelos para que as mulheres se enxerguem em posições de poder. Além disso, é preciso ajudar as mães a enfrentarem os problemas gerados ao dividir o tempo entre cuidar da família e realizar estudos e/ou pesquisas: oferecer berçários e creches de qualidade, ter licença parental para o cuidador primário, independente do sexo, instrução para os comitês de seleção ignorarem lacunas no

currículo devido a vazios relacionados ao tempo despendido para cuidar da família, entre tantos outros exemplos factíveis de serem realizados. Agora resta saber o que os órgãos competentes pretendem fazer para garantir esse ambiente de trabalho e/ou de estudo saudável e combater vieses de gênero existentes.

A TRANSIÇÃO DAS GERAÇÕES A transição de Década em 2020, vem acompanhada por inúmeros debates socioambientais cruciais para o incentivo a uma relação mais sustentável e próspera com o planeta. Situações sistêmicas de desigualdades e injustiças ambientais estão embutidas nos sistemas políticos e econômicos existentes, e são resultado do histórico e de normas vigentes na economia e gestão do oceano [8]. A falta de equidade no acesso aos recursos naturais pelas populações vulneráveis, nas oportunidades profissionais distribuídas por gênero, na distribuição de poder para a tomada de decisões para um futuro de desenvolvimento sustentável são algumas das pautas levantadas por jovens pesquisadores e ativistas.

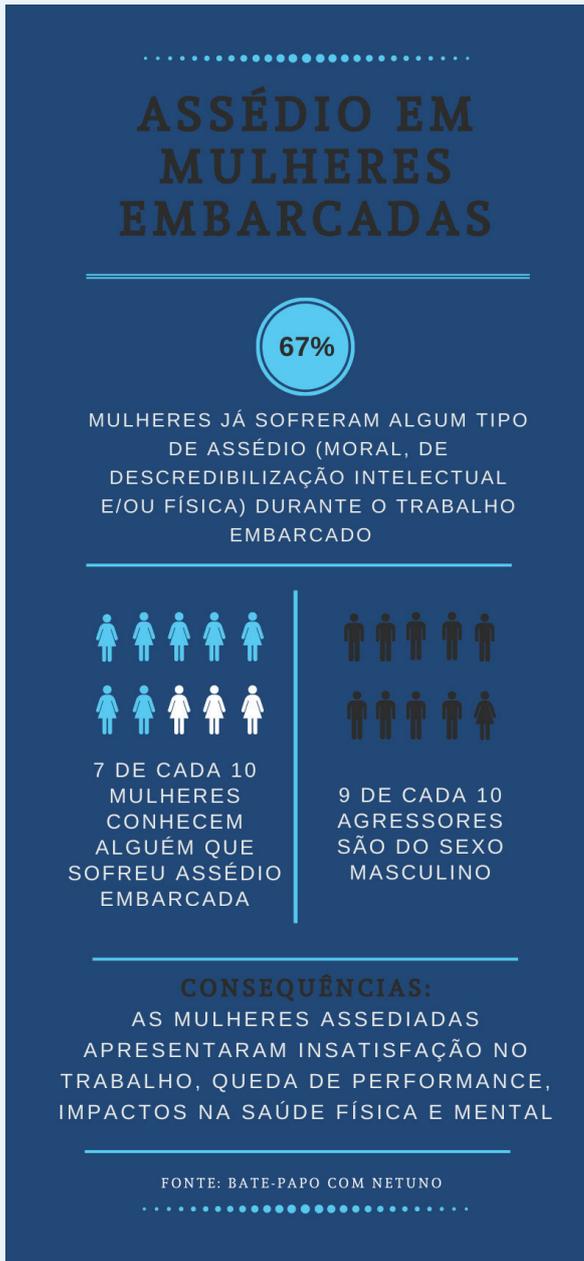
Mudar uma trajetória histórica de desigualdades persistentes e injustiças geracionais exigirá lideranças fortes, modelos de governança inclusivos, planejamento de longo prazo e vozes cativantes que sejam capazes de mobilizar grupos sociais por um compromisso com a sustentabilidade. Exemplos desse movimento jovem estão presentes na história do desenvolvimento sustentável e são valiosas contribuições para a geração que hoje desponta em diversos países, chamando a atenção pela emergência de alterar o legado de negligência com o planeta deixado pelas gerações anteriores.

Pautas que discutem política e defendem a ciência se somam ao coro impaciente de vozes que alertam para o comprometimento do bem-estar humano pelos efeitos das mudanças climáticas e do modelo econômico centrado na extração de recursos naturais. A produção e transmissão de conteúdo favorecidas pela tecnologia e o advento das redes sociais são um ativo positivo na mobilização e conexão entre jovens do mundo todo, que se apropriam da tarefa de advogar pelo futuro do oceano e do planeta como um propósito de liberdade, colaboratividade e prosperidade.

Essa força ativista também mobiliza organizações governamentais e intergovernamentais no investimento de movimentos liderados pela juventude. O grupo de Jovens Embaixadores do Atlântico (All-Atlantic Ocean Youth Ambassadors) é fruto do Acordo de Cooperação Científica de Belém [9], assinado entre Brasil, África do Sul e Comissão Europeia. O grupo formado em 2019, com 23 jovens de 15 países margeados pelo Oceano Atlântico, assumiu a tarefa de começar a pensar uma estratégia de comunicação e cultura oceânica compartilhada entre a comunidade Atlântica e é um primeiro passo para comportar e subsidiar novos modelos de envolvimento das gerações mais recentes. Esse é um caso específico de incentivo que precisa ser qualificado para valorizar as conexões e as pautas locais de cada indivíduo.

Muitos outros movimentos jovens, que já levantam essa bandeira há alguns anos, precisam ser reconhecidos pela qualidade de

Figura 2 - Principais resultados obtidos em uma pesquisa realizada pelas redes sociais do Bate-Papo com Netuno sobre situações de assédio em mulheres embarcadas, em 2019



conteúdo que somam ao debate, exemplo de modelo de cooperação entre setores e países, engajamento e mobilização de comunidades e visão de futuro para a economia azul. Casos como a Sustainable Ocean Alliance, o Youth Climate Leaders e o Engajamundo terão durante a Década do Oceano uma oportunidade fantástica de se fortalecerem como movimentos e/ou modelos de inovação socioambientais capa-

zes de incorporar em seus princípios ações que contemplem estratégias e políticas cativantes, baseadas em ciência para superar injustiças geracionais e desigualdades sociais com sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Os recursos humanos que o Brasil forma hoje já são influenciados por concepções de mundo que tratam os desafios do século XXI de forma cosmopolita e indissociável. Porém, é primordial que as estruturas acadêmicas, as agências de fomento e os acordos de cooperação entre países visualizem a oportunidade de mudança que a Década do Oceano apresenta para superar desafios socioambientais transversais à diversidade de profissionais, gêneros e gerações nas ciências do mar. Pesquisadores e ativistas interdisciplinares e conectados com as demandas sociais serão cada vez mais requeridos para o futuro e precisam estar preparados para suprir metas como as dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lidar com a emergência climática e fortalecer a ciência no panorama geopolítico. É importante que cientistas do mar se vejam representados pelos resultados esperados pela Década do Oceano e possam argumentar que contribuem com a ciência que precisamos para o futuro que queremos.

Jana Menegassi del Favero é bióloga, mestre e doutora em oceanografia. Atualmente é pós-doutoranda em ecologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, editora-chefe da plataforma de divulgação das ciências do mar Bate-Papo com Netuno, e membro da Liga das Mulheres Pelo Oceano e do Comitê de Assessoramento para Gestão da Década do Oceano no Brasil.

Mariana Martins de Andrade é mestre em oceanografia pela Universidade de São Paulo, jovem embaixadora do Oceano Atlântico no Brasil e membro do Comitê de Assessoramento da Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Contribui com outras iniciativas nas ciências do mar, como a bloom: Agência de Mudanças, a Liga das Mulheres pelo Oceano e o Grupo de Trabalho de Empreendedorismo em Ciências do Mar do PPG-Mar.

REFERÊNCIAS

1. Krug, 2012. Pós-graduação - Programas de Ciências do Mar. Disponível em: <https://cienciasdomarbrasil.furg.br/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao-programas-ciencias-do-mar>. Último acesso 3 de novembro de 2020.
2. Leape, J.; Abbott, M.; Sakaguchi, H.; et al. "Technology, data and new models for sustainably managing ocean resources". Washington, DC: World Resources Institute. 2020. Disponível em: www.oceanpanel.org/Technology-data-and-new-models-for-sustainably-managing-ocean-resources
3. Unesco, 2015. Relatório de Ciência da Unesco: rumo a 2030, visão geral e cenário brasileiro. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235407_por. Download em 30 de outubro de 2020.
4. Leonel, J. "O sexo (ainda) importa". Disponível em: <https://www.batepapocomnetuno.com/post/o-sexo-ainda-importa>. Último acesso: 2 de novembro de 2020.
5. Marcolin, C.; Lamego G.; Namiki, C.; Elliff, C.; Leonel, J.; Favero, J. M.; Saraiva, R. "Situações de assédio em mulheres embarcadas".

Disponível em: <https://www.batepapocomnetuno.com/post/situa%C3%A7%C3%B5es-de-ass%C3%A9dio-em-mulheres-embarcadas>. Último acesso: 2 de novembro de 2020.

6. Chan, D. K. S.; Chow, S. T.; Lam, C. B.; Cheung, S. F. "Examining the job-related, psychological, and physical outcomes of workplace sexual harassment: a meta-analytic review". *Psychology of Women Quarterly*, 32(4) 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2008.00451.x>
7. Clancy, K. B. H.; Nelson, R. G.; Rutherford, J. N.; Hinde, K. "Survey of Academic Field Experiences (SAFE): trainees report harassment and assault". 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0102172>
8. Österblom, H.; Wabnitz, C. C. C.; Tladi, D. et al. "Towards Ocean Equity". Washington, DC: World Resources Institute. 2020. Disponível em: www.oceanpanel.org/how-distribute-benefits-ocean-equitably.
9. Belém Statement. 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/belem_statement_2017_en.pdf.

A DÉCADA DA CIÊNCIA OCEÂNICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. E EU COM ISSO?

Ronaldo A. Christofolletti, Andrezza J. Gozzo, Ana Carolina de A. Mazzuco, Fernando R. Martins, Paula Kasten, Tatiana M. Mazzo, Barbara L. Ignacio, Marcelo V. Kitahara, Melissa V. Rodrigues, Leonardo Q. Yokoyama, Aline C. de Sousa, Amanda V. Aguiar, Bruno H. Basso, Carolina F. Faria, Crhisângela G. R. Ferreira, Felicia C. Gasparini, Henrique Morgan, Henrique V. Dantas, Henry M. Raphael, Juliana S. Pires, Kananda M. Vieira, Ketellyn S. dos Santos, Lucas R. Ozores, Luisa F. Medeiros, Mariana C. Lazaretti, Mariane S. Guarachi, Matheus T. Mathias, Murilo F. Carvente, Sabrina C. da S. Nascimento e Stheffany de Oliveira Santos

A construção de um futuro sustentável passa por mudanças de comportamento de todos nós, de indivíduos a instituições. A Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) [1], também conhecida por Década do Oceano, é um convite para atuarmos de forma proativa, integrada, revendo conceitos e ações, e construindo as mudanças necessárias para atingirmos o tão sonhado e necessário desenvolvimento sustentável. A oportunidade de mudança e de contribuir para esse futuro melhor e possível já começou e é um convite para participação ativa e colaborativa de toda a sociedade – independente do setor de atuação, da distância de residência do mar ou dos conhecimentos atuais sobre o oceano que cada um possui.

Como destacado no nome, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável possui características essenciais que formam uma chance única de transformação. A primeira é a de que esta é a Década da Ciência Oceânica, reconhecendo assim o papel central da ciência em nossa sociedade. A segunda é a de ser a ciência oceânica orientada para o desenvolvimento sustentável, ou seja, o olhar científico buscando melhoria da qualidade social, ambiental, econômica e cultural de todos de forma integrada ao longo do tempo futuro. Assim, a Década do Oceano possibilitará abordar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 [2] a partir do ODS 14: vida na água. Mais do que abordar o ODS 14 em si, a Década do Oceano traz o convite para um plano de ação em que todos os ODS sejam trabalhados conjuntamente a partir da zona costeira e do oceano como exemplos de construção para um futuro sustentável.

A zona costeira apresenta uma grande diversidade de ambientes, de culturas tradicionais, de grandes cidades e atividades econômicas [3]. Consequentemente, essas áreas apresentam uma mistura de riquezas e impactos de ações humanas. Além disso, são